

# **TERRITORIALIDADE, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA AMBIENTAL NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL IGAPÓ AÇU (AMAZONAS, BRASIL)**

*Territoriality, social organization and environmental governance in development Reserve Sustainable Igapó Açu (Amazonas, Brazil)*

**Marília Gabriela Gondim Rezende\***

**Therezinha de Jesus Pinto Fraxe\*\***

**Antonio Carlos Witkoski\*\*\***

**\*Universidade Federal do Amazonas - UFAM / Manaus, Amazonas**  
mariliageoufam@gmail.com

**\*\*Universidade Federal do Amazonas - UFAM / Manaus, Amazonas**  
tecafraxe@uol.com.br

**\*\*\*Universidade Federal do Amazonas - UFAM / Manaus, Amazonas**  
acwitkoski@uol.com.br

## **RESUMO**

As Unidades de Conservação (UC) são unidades territoriais delimitadas pelo Estado para fins de conservação e/ou preservação ambiental. Atualmente, o estado do Amazonas vem se destacando na criação de UC, sendo o principal estratagema utilizado para a contenção do desmatamento e para a conservação da biossociodiversidade. Nesse sentido, o objetivo deste artigo foi compreender as formas de organização social e seus desdobramentos territoriais na confluência da governança da RDS Igapó Açu, localizada no Amazonas. Para atingir esse objetivo, foram aplicados formulários em 100% das famílias residentes na RDS e realizadas oficinas participantes com as comunidades envolvidas. Os dados obtidos por meio dos formulários foram sistematizados no Programa Excel para a geração de gráficos. Além dos procedimentos metodológicos supracitados, realizou-se levantamentos de dados nas instituições envolvidas direta e/ou indiretamente com as organizações sociais da RDS Igapó Açu. Pode-se inferir, após a análise dos dados, que as organizações sociais têm apresentado função central na RDS Igapó Açu, pois 67% das famílias participam de atividades das diferentes formas de organização social. A igreja é uma das principais organizações sociais atuante na UC, com 43% de participação das famílias, seguida da Associação de Moradores (ASSAM) e do Conselho Gestor. A participação social, nessas organizações, modifica e recria o cotidiano, a partir do fortalecimento dos símbolos, perpassado geracionalmente, influenciando, significativamente, na constituição da governança ambiental desta UC. O ordenamento territorial desta unidade é resultado da imbricação entre os diferentes grupos sociais que territorializam os espaços voltados à conservação ambiental, de modo que a distribuição dos objetos espaciais está intimamente ligada às diferentes territorialidades existentes.

**Palavras-chave:** Territorialidade. Ordenamento territorial. Governança.

## **ABSTRACT**

Conservation Units (UC) are territorial units defined by the state for conservation and / or environmental preservation. Currently, the state of Amazonas has stood out in the creation of UC, the main stratagem used to contain deforestation and to conserve biosociodiversity. In this sense, the purpose of this article is to understand the forms of social organization and its territorial developments at the confluence of governance RDS Igapó Açu, located in the Amazonas. To achieve this goal, forms were applied to 100% of households in the RDS and workshops were held participants with the communities involved. The data obtained through the forms were organized in Excel program for generating graphics. In addition to the above methodological procedures, data gathering was held in the participating institutions directly and /

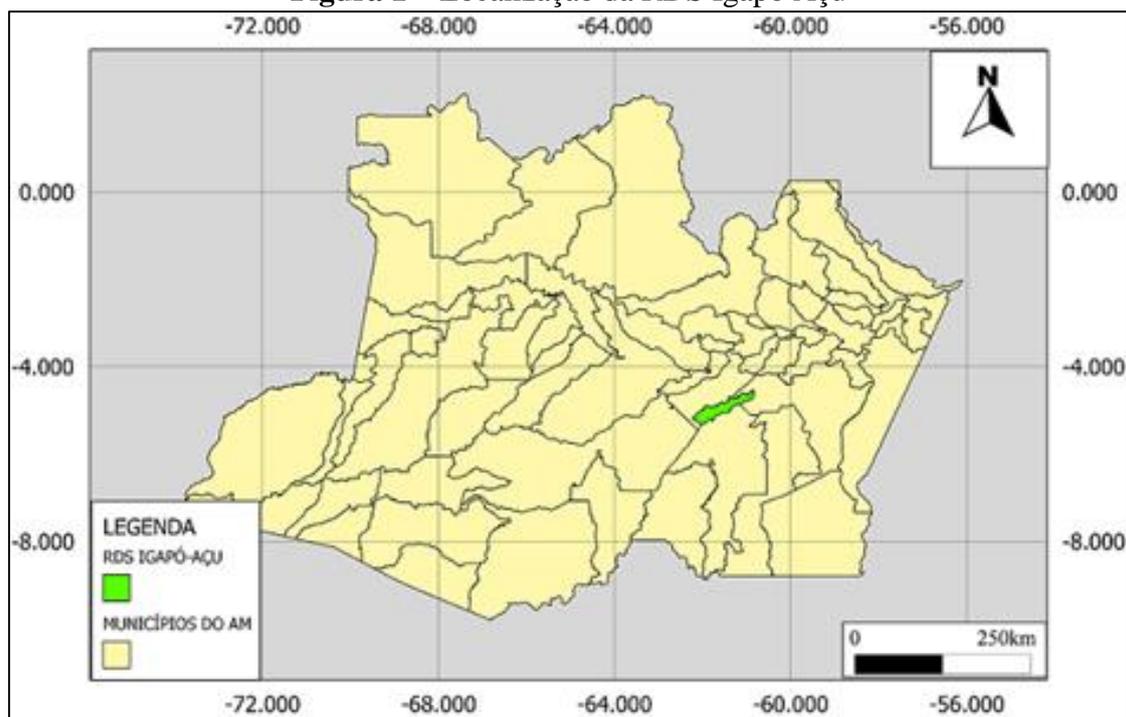
or indirectly with social organizations RDS Igapó Açu. It can be inferred, after the data analysis, that social organizations have presented central role in RDS Igapó Açu, as 67% of families participate in activities of the different forms of social organization. The church is one of the main social organizations active in the UC, with 43% share of households, followed by the Residents Association (ASSAM) and the Management Board. Social participation in these organizations modifies and recreates the daily life, from the strengthening of the symbols, permeated generationally, significantly influencing the development of the environmental governance of this unit. The territorial organization of this unit is the result of overlap between the different social groups that territorializam the spaces dedicated to environmental conservation, so that the distribution of space objects is closely linked to the different territoriality.

**Keywords:** Territoriality. Territorial planning. Governance.

## 1 INTRODUÇÃO

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu localiza-se no estado do Amazonas, mais precisamente nos municípios de Beruri, Borba e Manicoré (Figura 1), entre os rios Purus e Matupiri. Possui uma área de cerca de 397.557,323ha, os limites territoriais fazem fronteira com a Terra Indígena (TI) Cunhã-Sapucaia, com o Projeto de Assentamento Agroextrativista Tupana Igapó Açu I e II, com o Parque Estadual (PAREST) do Matupiri, com a RDS Rio Amapá, e com o Parque Nacional de Nascentes do Lago Jari. A intersecção de áreas fronteiriças com UC e TI confere um caráter singular à RDS Igapó Açu.

**Figura 1 – Localização da RDS Igapó Açu**



**Fonte:** NUSEC, 2015. **Org.:** Rezende, 2015.

A rede de articulação política que configura a governança na RDS Igapó Açu evidencia uma constelação de elementos imprescindíveis no entendimento dos desdobramentos e na materialização do poder na unidade política gerida. As formas de organização social emergem, nesse sentido, como importantes denominadores que influenciam consideravelmente na governabilidade e no governo da RDS Igapó Açu, e promove, conseqüentemente, impactos significativos na materialização da governança ambiental.

As organizações sociais são arquétipos de organização pública não-estatal que surgem com o objetivo de atender atividades de interesse público e/ou coletivo. Essas organizações têm um papel

importante na configuração do controle social, visto que sua autonomia está para além da influência do Estado, e seus desdobramentos impactam consideravelmente o ordenamento do território e suas ramificações sociais.

A rede de articulação política forma-se a partir da interação entre os sistemas simbólicos e sociopolíticos, que originam as organizações sociais e o ordenamento do território. Torna-se imprescindível analisar os desdobramentos dessa interação na governança da área de estudo, em razão dessa ingerência que é intrínseca a esse movimento interacionista.

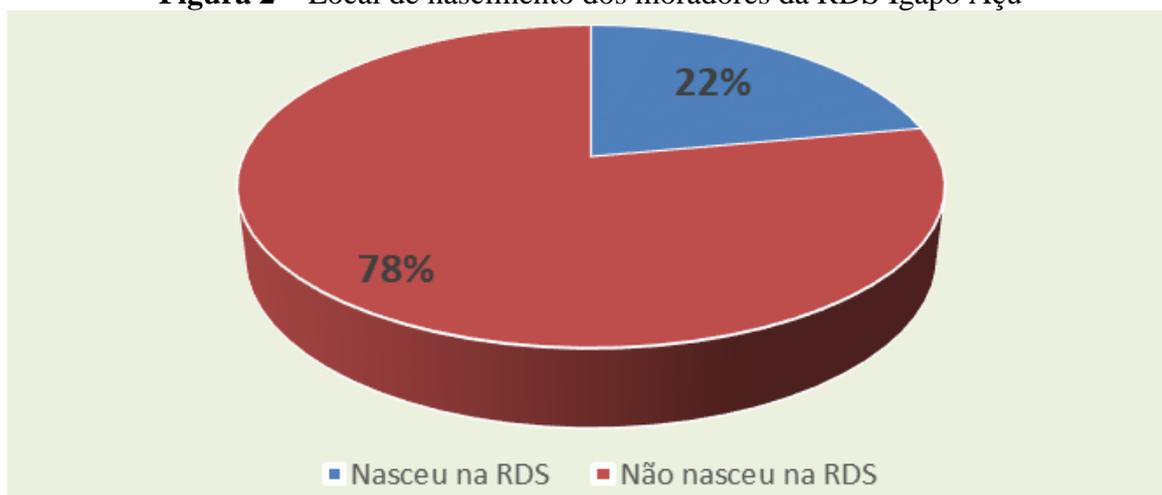
## 2 ORDENAMENTO TERRITORIAL E FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A compreensão do ordenamento territorial permite o entendimento da materialização das relações sociais a partir da manifestação do poder no território. Diferentes relações sociais geram diferentes territórios, pois o mesmo configura-se e delimita-se a partir dessas relações e interações societárias. Silva (2000) afirma que o ordenamento territorial se refere ao modo como o território está organizado em razão de suas escalas, tendências, problemas, dentre outros fatores.

O entendimento da organização dos objetos geográficos propicia uma análise abrangente dos fenômenos e epifenômenos sociais organizados. As unidades de conservação apresentam um ordenamento territorial específico, pautado, em sua maioria, nas ações do Plano de Gestão, que é um documento técnico que estabelece normas de uso e ocupação do território delimitado. A RDS Igapó Açu diferencia-se das outras UC pela existência de uma rodovia federal, em uma área protegida legalmente, isso lhe confere um ordenamento territorial específico, singular se comparado às outras unidades de conservação do Amazonas.

A população é bem diversificada, constituída por povos advindos de diversos municípios do estado do Amazonas (Figura 2). Esse deslocamento populacional justifica-se pelas condições iniciais da BR-319, caracterizada por uma infraestrutura que permitiu a mobilidade de pessoas e mercadorias. A partir dessas condições físicas que a RDS Igapó Açu foi sendo configurada socialmente, uma congruência de atores sociais de diferentes territórios. A criação da UC ocorreu em 2009, e abarca uma área de aproximadamente 397.557,323ha.

**Figura 2** – Local de nascimento dos moradores da RDS Igapó Açu

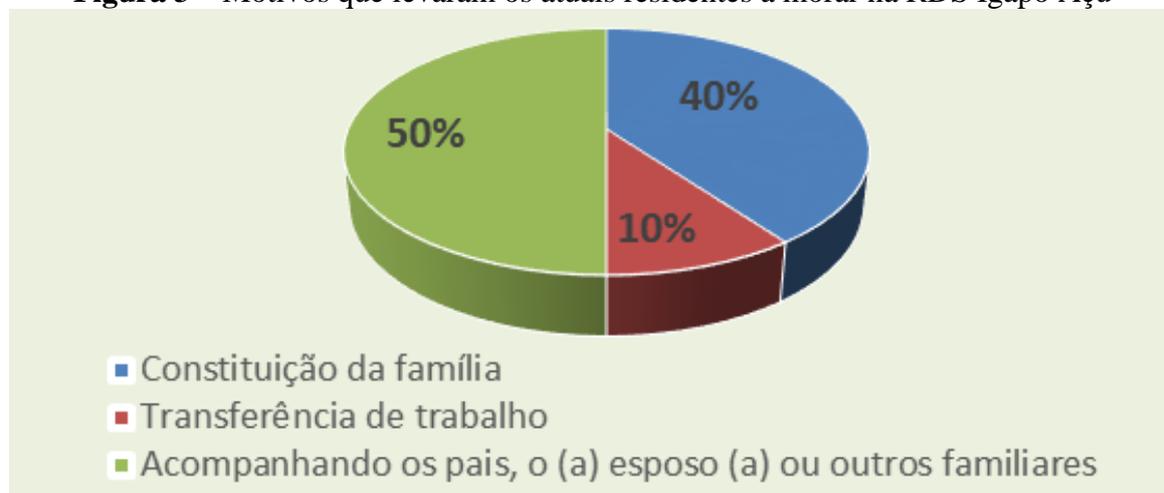


Fonte: Rezende, 2015.

Conforme se observa na Figura 2, 78% das famílias que residem na UC não nasceram na RDS, evidenciando uma série de fatores, com destaque para as condições de infraestrutura positivas da BR-319 no que concerne ao deslocamento populacional. Dos 78% que não nasceram na RDS, 57,1% nasceram em Borba, 28,6% nasceram em Manaus, e 14,3% nasceram em Boca do Acre. Inúmeros são os motivos do deslocamento de seu local de nascimento, como evidencia a Figura 3.

Dentre os motivos elencados, 50% das famílias afirmaram que se deslocaram à UC para acompanhar os pais, esposo/esposa e familiares; 40% para constituição da família, visto a abundância de recursos naturais para a reprodução social; e 10% afirmaram que o deslocamento ocorreu devido à transferência de trabalho, com destaque para a necessidade de mão de obra para a expansão da BR, e nos respectivos restaurantes que existiam no período de expansão da estrada.

**Figura 3** – Motivos que levaram os atuais residentes a morar na RDS Igapó Açu



Fonte: Rezende, 2015.

Segundo Gaudemar (1977) a mobilidade espacial ocorre por inúmeros fatores, sendo os principais: a constituição da família, a escolaridade, e a mão-de-obra (trabalho). As assertivas desse autor corroboram os dados apontados nessa pesquisa, no que concerne à mobilidade dos residentes da RDS Igapó Açu.

No que se refere ao estado civil e ao sexo, os resultados não são opostos, devido ao equilíbrio entre a população do sexo masculino e do sexo feminino. O número de casais na RDS Igapó Açu é significativo, 88,9% são casados ou vivem em união consensual, isso justifica-se pela facilidade em adquirir espaços para a construção de casas e pela necessidade de constituição familiar para o trabalho na roça.

A escolaridade na RDS Igapó Açu, ou seja, o término de determinadas etapas de estudo é complexo pois vários são os elementos que influem nas etapas posteriores ao ensino fundamental. A UC é constituída por apenas uma escola, com turmas de ensino primário e fundamental. A escola apresenta uma infraestrutura formada por duas salas de aula. Não há dificuldades de deslocamento até a escola da RDS, pela localização central que ela estabelece, tanto nos períodos de cheia como na vazante.

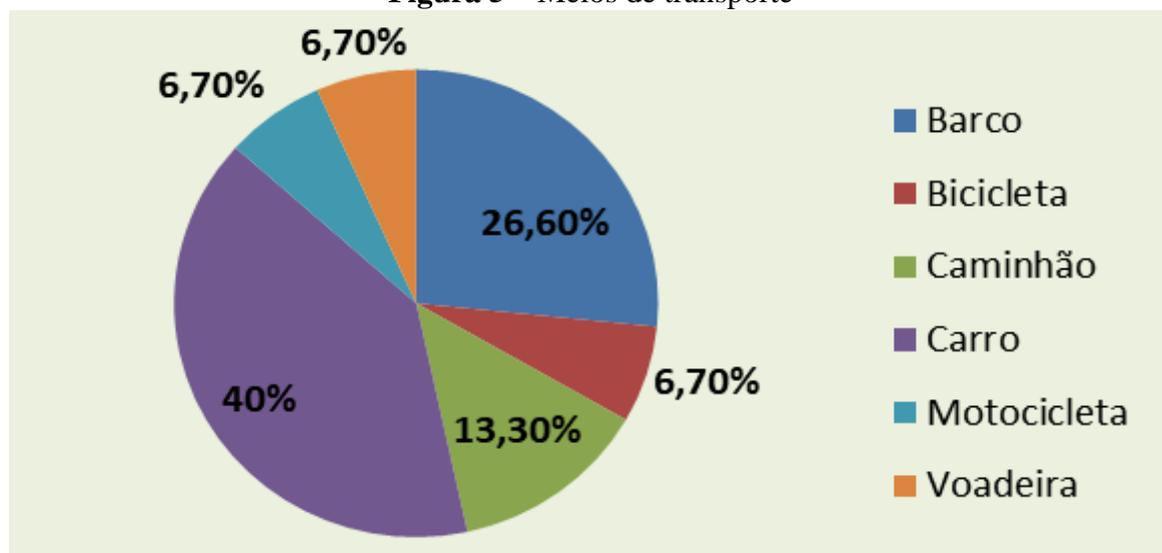
Os estudantes que anseiam terminar o ensino fundamental e cursar o ensino médio se deslocam até o município Careiro Castanho, local com escolas de ensino médio. Esse fator tem gerado um crescente deslocamento populacional e explica a prevalência dos dados referentes ao ensino fundamental incompleto.

Quanto ao tipo de energia fornecido à RDS, 88,9% advêm do Programa Luz para Todos (Figura 4), que é uma política pública desenvolvida pelo Governo Federal que objetiva a eletrificação de áreas distantes dos centros urbanos. Embora a garantia dos direitos básicos dos cidadãos seja parte do papel do Estado, a sociedade civil organizada da Comunidade São Sebastião do Igapó Açu (a ASSAM) teve forte influência para a instalação da rede elétrica, por meio de reivindicações junto aos órgãos competentes.

**Figura 4 – Tipo de energia fornecida à RDS Igapó Açu**

Fonte: Rezende, 2015.

Os meios de transporte utilizados na RDS Igapó Açu são variados, devido aos distintos usos que lhe são atribuídos. A figura 5 evidencia que o meio de transporte mais utilizado é o carro (40%), seguido do barco (26,60%). O carro é usado para o deslocamento até o município Careiro Castanho e Manaus; o barco e a voadeira para as atividades relacionadas à pesca; a bicicleta e a motocicleta para o deslocamento na comunidade; e o caminhão para o transporte de mercadorias.

**Figura 5 – Meios de transporte**

Fonte: Rezende, 2015.

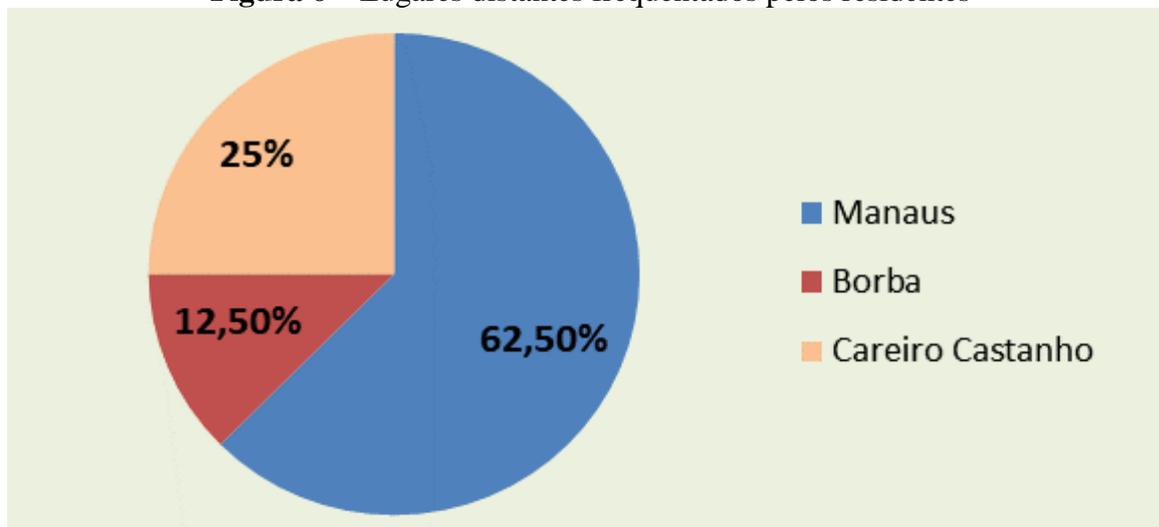
Os lugares mais distantes em que os residentes da RDS Igapó Açu se deslocam são Manaus, Careiro Castanho e Borba (Figura 6). A ida ao Castanho é para visitar os filhos e familiares que estão concluindo os estudos, para consultas médicas e para buscar benefícios sociais. Diferentemente da ida à Manaus, que é para participar de cursos profissionalizantes e para fazer compras de produtos que não são encontrados nas adjacências da RDS. Os residentes que vão à Borba tem como objetivo visitar familiares.

A principal fonte de renda das famílias da RDS Igapó Açu advém da pesca (50%), do Programa Bolsa Família (18,75%), da agricultura (12,50%), da aposentadoria (12,50%), e de atividades autônomas (6,25%). A expressividade do número de famílias que tem como principal fonte

de renda a pesca, mostra a importância desta atividade econômica na reprodução social da RDS, conforme evidencia a Figura 7.

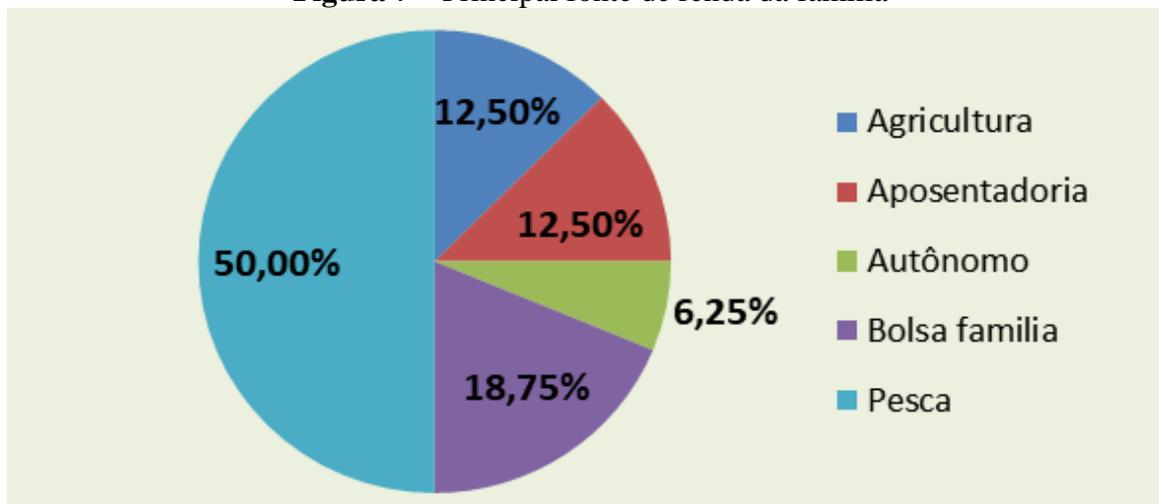
Essa dependência dos recursos pesqueiros por grande parte da população da RDS Igapó Açu gerou e tem gerado conflitos territoriais. Segundo Sobreiro e Freitas (2008), desde a década de 60 os conflitos por pesca vem se intensificando na Amazônia. As regiões que apresentavam e apresentam conflitos latentes são os lagos de várzea, locais de maior pressão por pesca comercial.

**Figura 6** – Lugares distantes frequentados pelos residentes



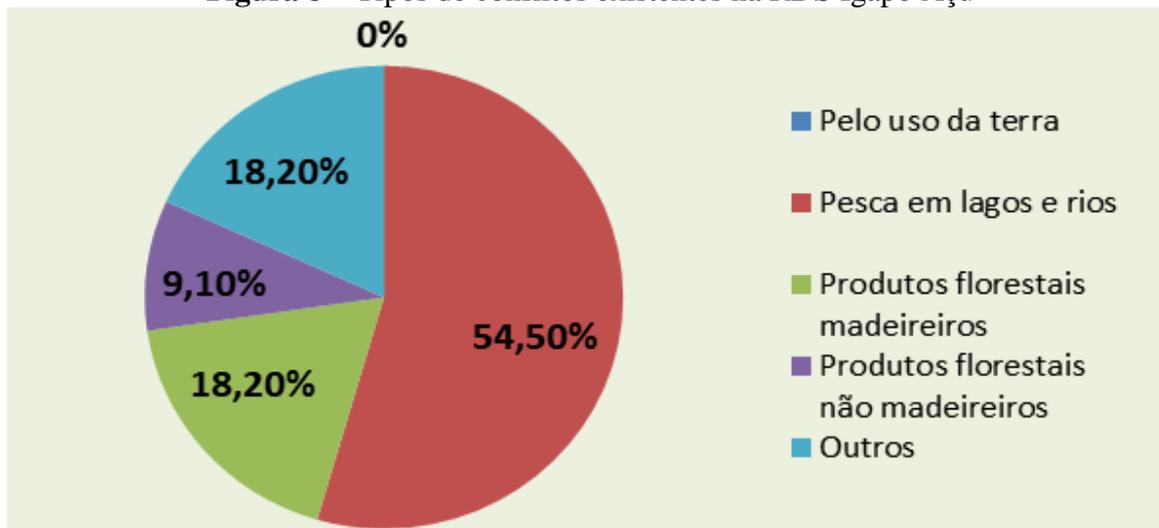
Fonte: Rezende, 2015.

**Figura 7** – Principal fonte de renda da família



Fonte: Rezende, 2015.

Nos rios de águas pretas os conflitos por pesca estão relacionados com os diferentes modos de apropriação e uso dos territórios pesqueiros (SOBREIRO e FREITAS, 2008). Na Amazônia, de uma maneira geral, e mais precisamente nos rios de água preta, intensificam-se as atividades pesqueiras, principalmente devido à perda de controle local sobre os recursos terrestres (SILVA, 2011). O rio Igapó Açu apresenta farturas de espécies de peixes, principalmente de tucunaré, essa característica tem atraído os olhares externos à UC, e gerado conflitos territoriais, pelo uso das áreas de pesca e pela exploração de outros recursos naturais, conforme se observa na Figura 8.

**Figura 8** – Tipos de conflitos existentes na RDS Igapó Açu

Fonte: Rezende, 2015.

O principal conflito citado refere-se à pesca em lagos e rios (54,50%), seguido dos conflitos por produtos florestais madeireiros (18,20%), conflitos pessoais (18,20%), e conflitos por produtos florestais não madeireiros (9,10%). Os conflitos em UC são polissêmicos, ou seja, possuem vários significados e ângulos, e variam de acordo com as relações de interesses entre os sujeitos sociais envolvidos.

São resultantes das divergências de pontos de vista e de interesses e envolvem questões sociais, políticas e culturais, com destaque para a luta pela manutenção de territórios. Segundo Thiollent (1998) a divergência é resultante da ambivalência das diferentes ações sociais. Dessa forma, os conflitos territoriais são resultantes de interesses distintos e divergentes, portanto dissimétricos, que se materializam, refletem e são refletidos no território.

Segundo Raffestin (1993) o território é *um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder*. Assim, o território é expresso e expressa os variados processos sociais que se materializam nas espacialidades.

Os conflitos territoriais advêm desde os primórdios e permanecem na atualidade. Eles são consequência da importância que o espaço adquire na estruturação política, econômica, cultural e social vigente na sociedade. Essa importância do espaço no “*mundo moderno-colonial*” (HAESBAERT e GONÇALVES, 2006) são retratados por Becker (2006) quando afirma que:

O espaço sempre foi fonte de recursos e meio de vida. Contemporaneamente, sua potencialidade reside, também, no fato de ser condição da reprodução generalizada – como dimensão concreta, constituinte das relações sociais; ele é produtor e reprodutor das relações de produção e de dominação. Daí o controle crescente do espaço como forma de controle social (BECKER, 2006, p.101).

Baseado na citação acima observa-se que, os conflitos são intrínsecos ao movimento de dominação e são mediados pelas relações de poder presentes no território e expressos na territorialidade. Santos (1996) afirma que a territorialidade “*é, igualmente, transindividualidade, e a compartimentação da interação humana no espaço é tanto um aspecto da territorialidade como da transindividualidade*”.

Assim sendo, pode-se compreender que os conflitos territoriais existentes na RDS Igapó Açu são reflexos das relações antagônicas de interesse entre os atores sociais envolvidos. O cadastro e inserção no Seguro Defeso tem obstado os conflitos relacionados à pesca, por meio do fornecimento

de auxílio financeiro nos períodos necessários à reprodução das espécies de peixes. Nos períodos de defeso, as famílias dedicam-se exclusivamente à agricultura e ao extrativismo.

Essa contextualização e caracterização territorial da RDS Igapó Açu é imprescindível para a compreensão sistêmica das formas de organização social existentes e para o entendimento da materialização da governança. Assim sendo, as formas de organização social conformam-se a partir da congruência das relações sociais por interesses comuns e, contraditoriamente, divergentes. A coesão social estabelece-se por meio dessas relações e interações sistêmicas.

### 3 A TERRITORIALIDADE NA RDS IGAPÓ AÇU

Compreender a territorialidade e a territorialização requer importantes inflexões teóricas, dada a complexidade em entender a transindividualidade a partir da noção de território. Essas conceituações devem transcender e remeter às características ônticas e ontológicas do ser no território, que configura a territorialidade a partir de um constante *devir*. Vários são os autores que trabalham a noção de territorialidade, com destaque para Souza (2001), Spósito (2009), Saquet e Briskievicz (2009), Santos (2010), e Haesbaert e Limonad (2007).

Os autores ícones, formuladores dos conceitos vigentes de territorialidade, citados anteriormente, foram importantes na medida em que inseriram elementos não trabalhados por outros teóricos. O conceito de territorialidade, aqui trabalhado, será centrado nos autores supracitados, entretanto, outros elementos serão incluídos na compreensão da questão, a partir das lacunas identificadas.

Assim sendo, a territorialidade é o reflexo material e imaterial da ação humana no território. É a congruência resultante da interação entre a dimensão simbólica e a dimensão objetiva. É a expressão do cotidiano, do modo de vida, do *habitus* dos diferentes grupos sociais intervenientes no território. Compreender a territorialidade destituída desses elementos interagentes significa retirar do território o que lhe é intrínseco.

Na RDS Igapó Açu a territorialidade estabelece-se principalmente a partir do rio, ele é o principal elemento de condensação territorial, visto que as famílias passam a maior parte do seu tempo em atividades fluviais, seja relacionado à pesca ou ao lazer. Porém, a territorialidade é compreendida como a confluência simbólica e objetiva do fluvial e do terrestre, pois o território forma-se pela transcendência desses espaços. Os usos desses espaços produzidos, formadores da territorialidade, variam de acordo com o tempo estabelecido pela “natureza”, pois os modos de apropriação dos recursos naturais estão diretamente ligados à resiliência ambiental.

Na RDS Igapó Açu a territorialidade é fundamentada na resiliência do sistema ambiental, pois as atividades desenvolvidas no território são conduzidas pelos modos de vida pautados na sustentabilidade, em suas múltiplas facetas. No período de defeso, as atividades centram-se na agricultura e no extrativismo. No período de abundância de recursos pesqueiros, as atividades são voltadas à pesca. O tempo prevalecente é o tempo reprodutor da autopoiese do sistema ambiental, e não o tempo dos interesses humanos. Há uma realocação de ações para a corroboração da sustentabilidade, e a territorialidade se estabelece a partir dessa noção de tempo.

A territorialidade na RDS Igapó Açu é fundamentada na interação espaço/tempo, e a noção temporal reflete o trabalho simbólico de apropriação do território. Os significados atribuídos, ou seja, a valoração da “natureza”, é que determina e consolida a territorialidade nesta UC, visto que os usos do território variam de acordo com a capacidade de resiliência dos diferentes ecossistemas.

A partir da compreensão dos aspectos formadores e conformadores da lógica da territorialidade da RDS Igapó Açu, pode-se elucidar os aspectos que fundamentam as diferentes formas de organização social desta UC, afinal o modo como a sociedade se organiza está diretamente ligado à sua concepção simbólica de utilização do território. O tópico seguinte apresentará a constituição e o desdobramento das formas de organização social na governança. Esse desdobramento só se torna profícuo por meio dos elementos anteriormente abordados e compreendidos.

#### 4 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL

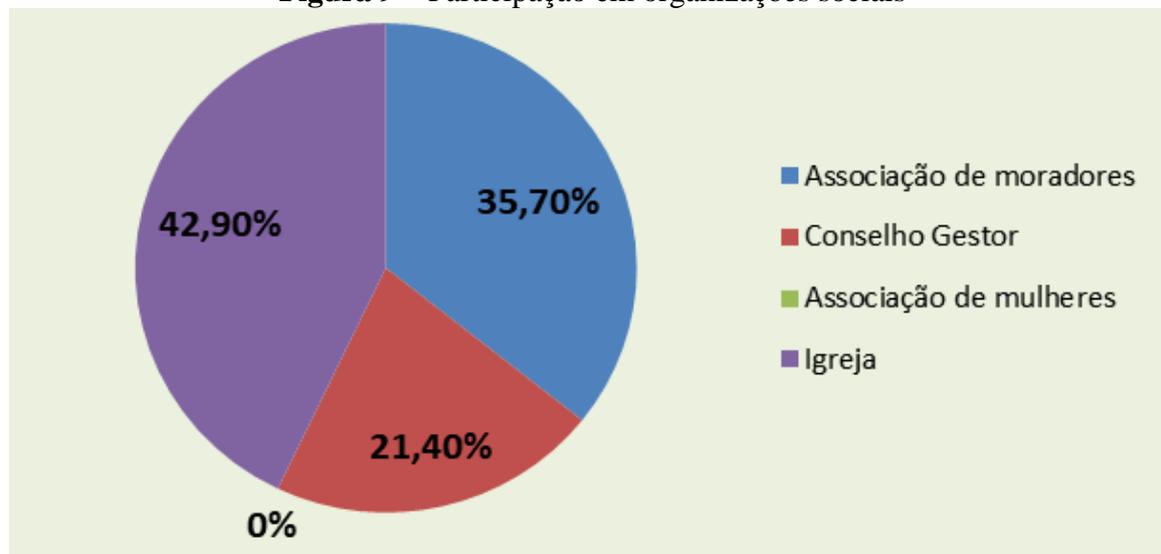
A territorialidade está intimamente relacionada com a lógica temporal que conduz as ações dos diferentes atores sociais, como foi elencado anteriormente. A forma com que os grupos sociais se organizam relaciona-se inteiramente com a essência simbólica que comanda as decisões e ações objetivas. As formas de organização social emergem, nesse sentido, como um produto do conjunto das relações sociais projetadas.

Segundo Etzioni (1967) existem vários tipos de organizações: as organizações coercitivas, onde o poder é instituído por meio da força física e a principal forma de controle manifesta-se por meio de punições; as organizações utilitárias, onde o poder institui-se por meio do controle aos incentivos econômicos, e o controle manifesta-se por meio dos benefícios ansiados; e as organizações normativas, onde o controle moral ocupa papel central, e o poder é expresso por meio do envolvimento simbólico e motivacional.

Na RDS Igapó Açu existem várias formas de organização social, cada uma objetivando interesses particulares. Os resultados da pesquisa mostram que 66,70% das famílias participam de organizações sociais. Do total de famílias partícipes, 42,90% frequentam igreja, 35,70% participam da Associação de Moradores, e 21,40% participam do Conselho Gestor, conforme se observa na Figura 9.

A significativa participação das famílias na igreja justifica-se por inúmeros fatores: pela reterritorialização do sagrado instituído socialmente nos locais de nascimento e socialização; pela necessidade de encontro fraternal e vivificação espiritual proporcionado pelos encontros religiosos; e pela realização de festas religiosas.

**Figura 9** – Participação em organizações sociais



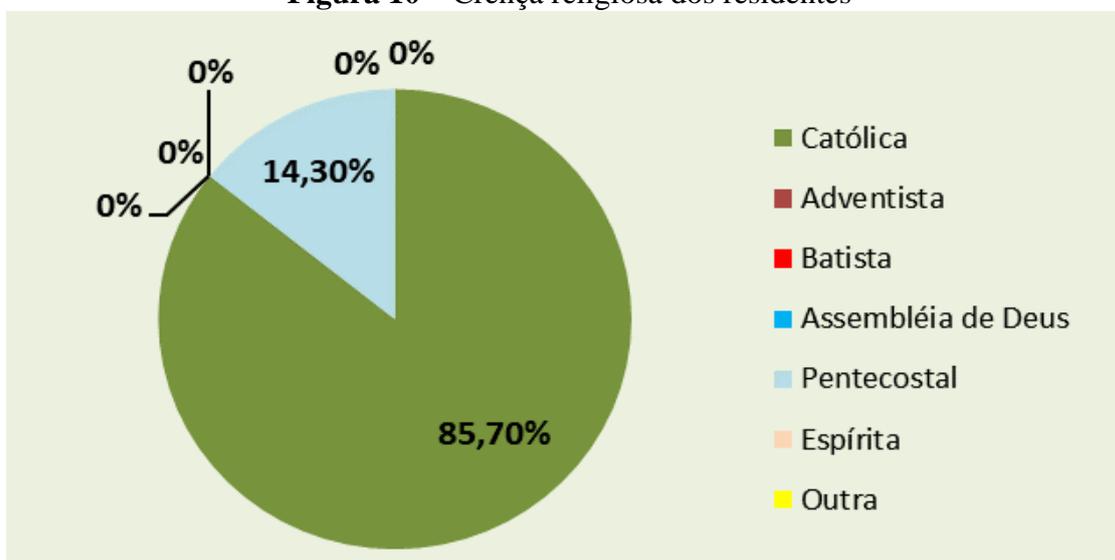
Fonte: Rezende, 2015.

Fraxe (2004) afirma que a Igreja Católica possuiu e possui um papel central nas comunidades rurais do Amazonas, por ser uma instituição política, cultural e social que se insere no cotidiano dos povos. A autora evidencia a importância da igreja na configuração socioespacial das comunidades e suas imbricações. A religião prevalecente na RDS Igapó Açu é o catolicismo, representativo de 85,70% das famílias (Figura 10).

A Comunidade São Sebastião do Igapó Açu possui diversos festejos religiosos, com destaque para a Festa de São Pedro, de São João, do Sagrado Coração de Jesus, e para a Festa dos Santos. As festas religiosas, além de ser vistas como momentos de diversão e de alimentação

espiritual, são períodos de reafirmação cultural e reinvenção da tradição, pois corroboram por meio da socialização os elementos simbólicos produtores do cotidiano.

**Figura 10** – Crença religiosa dos residentes



Fonte: Rezende, 2015.

Dessa forma, na RDS Igapó Açú, as festas apresentam-se como manifestações culturais de afirmação das relações de vizinhança e dos laços de religiosidade, que constituem as redes de sociabilidade formadoras de identidades e de topofilia. Além das festas religiosas, há festas temáticas, como a Festa do Tucunaré, conhecida em escala estadual, por congregar pessoas de diversos municípios do Amazonas. Observa-se que há festas na comunidade, como a Festa do Tucunaré destinada ao público externo e voltada ao turismo; e festas da comunidade, organizadas com vistas a atender os residentes, uma festa interna.

Segundo Perez (2002), as festas são rituais que ocorrem em diferentes sociedades, são atos simbólicos que evidenciam a organização social e a sociabilidade dos grupos sociais territorializados. Nos momentos festivos os espaços são ressignificados, de acordo com o público (externo ou interno) e com o que se deseja explicitar.

Assim sendo, as festas na RDS Igapó Açú representam o que Mauss (2003) denomina de *fato social total*, pois os rituais expressam todas as dimensões da vida (social, religiosa, cultural, econômica, estética, dentre outras) que constituem o sistema social em sua totalidade. As diferentes sociabilidades compõem o quadro festivo e lhe dão vida.

A compreensão das formas de organização social perpassa o âmago das sociabilidades, da socialização, das formas sociais, das ressignificações, dos significados, e dos sistemas simbólicos. Somente a partir da interação entre esses fatores, complementares e cônjuges, que as formas de organização social podem ser tratadas claramente. Nas comunidades rurais, como é o caso da RDS Igapó Açú, essa interação é cada vez mais fortalecida e revelada, pela topofilia criada e estabelecida pelos grupos sociais.

A socialização quanto ao trabalho e a inserção nas atividades produtivas começa na infância. Um dado interessante evidencia que 75% das famílias não dividem o trabalho por faixa etária, as crianças são inseridas nas atividades de trabalho logo na infância, porém em atividades com menor esforço físico.

A inserção das crianças nas atividades de pesca e agricultura objetiva a transferência dos conhecimentos tradicionais adquiridos e perpassados por meio da socialização intergeracional; o fortalecimento dos laços familiares; e o aprendizado das técnicas perceptivas de sensibilização das características dos ecossistemas os quais estão inseridos.

Nesse contexto de perpetuação de valores e símbolos é que se justifica a não distinção de faixa etária no trabalho na RDS Igapó Açu. Não há indisposição das crianças no processo de aprendizagem de atividades como caça, pesca e agricultura. A participação nessas atividades está cristalizada no imaginário social da comunidade, criador dos sistemas simbólicos.

Essas características são importantes para o entendimento da rede de articulação política que estabelece a governança ambiental, pois o modo como os atores sociais criam as relações de poder está intimamente relacionado com os sistemas simbólicos geradores dos sistemas sociopolíticos. Essa trama de relações e interações gera o governo da RDS Igapó Açu, a partir da manifestação do poder e de seus desdobramentos sociais e, conseqüentemente, territoriais.

## **5 GOVERNANÇA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS**

No tópico anterior, foram apresentadas as formas de organização social da RDS Igapó Açu e seus desdobramentos no ordenamento do território. A maioria dos trabalhos referentes à governança ambiental supervaloriza a dimensão política e econômica, deixando algumas lacunas epistemológicas, sobretudo relacionadas à ausência de tratamento sistêmico dos fenômenos e epifenômenos que se materializam por meio das relações de poder.

Compreender a governança nesse contexto, e preencher as lacunas existentes, significa penetrar a raiz ontológica da rede de articulação política. Essa imersão teórica e empírica trouxe à tona para a análise, elementos díspares e similares, que interagem dialeticamente e configuram a governança ambiental em seus diferentes ângulos. O modo como cada sociedade se organiza e se institui como unidade social, varia no tempo e no espaço. Assim são os processos de territorialização via governança, se materializam em diferentes fraturas de tempo e em diferentes sociedades.

Uma rede política se estabelece por meio da interação entre distintos grupos sociais. O que confere coesão e reproduz essa rede são os sistemas de poder, criados e corroborados por meio dos sistemas simbólicos. As relações de poder são intrínsecas à vida em sociedade, seja na família, na escola, na igreja, no centro comunitário, em todas as esferas sociais. Segundo Foucault (2001) o poder, em si, não existe, o que existe são relações de poder:

[...] as relações entre indivíduos são, eu não diria antes de tudo, mas são em todo caso, também relações de poder. E eu creio que, se há algo de polêmico dentro disso que pude dizer ou escrever, é simplesmente isto. É que, tanto de um lado como do outro, eu creio, foi demasiadamente conduzido a não se ter em conta a existência destas relações de poder (FOUCAULT, 2001, p. 166).

Dessa forma, pode-se entender que as relações de poder permeiam o âmago de todos os aspectos da vida social. Na RDS Igapó Açu percebem-se essas relações e suas imbricações no ordenamento do território. Na Igreja a disposição espacial das pessoas e de seus respectivos grupos sociais expressam as relações de poder. Na família há hierarquias construídas e reproduzidas socialmente, por meio da proibição ou liberdade de certas atividades. Na escola estabelece-se a relação professor/alunos. Todas as relações humanas são permeadas pela congruência de poderes, socialmente construídos. As formas de organização social constituem-se a partir dessa miríade de relações.

Desta forma, esta seção trouxe à tona elementos pouco trabalhados no entendimento da governança ambiental no Brasil e no estado do Amazonas, que são: as organizações sociais e as diferentes formas de poder. Entretanto, é necessário explicitar de que forma a governança ambiental se configura por meio dessas organizações, e como o poder se torna material a partir das relações sociais que lhe são intrínsecas. O fluxograma a seguir (Figura 11) evidencia essas interconexões.

**Figura 11** – Fluxograma da interconexão formadora da governança

Fonte: Rezende, 2015.

A governança resulta das relações de poder estabelecidas pelas relações humanas, via sistema simbólico. A interação entre os sistemas simbólicos e os sistemas sociopolíticos geram as diversas formas de organização social, criadoras da governança. Essa tríade formadora da rede de articulação política compõe-se de diversos elementos, e variam de acordo com a formação social na qual está inserida. Torna-se necessário, para fins de compreensão epistemológica, a historicização das organizações sociais para que a governança, em todas as suas esferas, seja entendida mais próxima de sua totalidade.

Atualmente a relação sociedade-Estado tem sido amplamente discutida, tanto em escala nacional, quanto em escala internacional. A razão da ampliação da discussão nessa temática deve-se à diminuição do desempenho do Estado quanto às suas funções básicas de garantia dos direitos sociais. As transformações ocorridas e ocorrentes na esfera estatal estão diretamente ligadas com o fenômeno da globalização.

Conforme observado, revela-se que o sistema econômico vigente tem obstado, em certos aspectos, o papel do Estado, devido à transfronteirização dos fluxos do capital e de suas ramificações. Entretanto, o próprio capitalismo, dialeticamente, tem fortalecido algumas esferas estatais, principalmente voltadas à questão ambiental. Esse processo dialético explica-se pelas necessidades emergentes que o sistema econômico atual provoca nas sociedades, ora fortalecendo o papel do Estado, ora enfraquecendo esse papel.

Apesar da influência marcante do sistema econômico em sua configuração, o Estado Nacional continua sendo o principal ator, pela soberania que lhe é intrínseca e pela autonomia nos processos de tomada de decisão. Porém, novos atores têm emergido e exercido poder no âmbito da globalização, ampliando a rede de articulação política que configura a governança e fortalecendo os níveis de poder em escala infranacional.

O surgimento dos novos atores sociais ocorre não somente pelos interesses do liberalismo, mas também como estratégia de flexibilização e participação social nas políticas públicas voltadas aos problemas ambientais. Assim sendo, a governança ambiental passou a ser o principal foco dos organismos internacionais, devido à centralização que estabelece junto à rede de articulação política das áreas com significativa concentração de biodiversidade.

Dessa forma há, dialeticamente, um movimento em busca da governança democrática, e, paralelamente, um movimento afirmador de uma governança cosmopolita. Na RDS Igapó Açu, o tipo de governança predominante é a governança democrática, visto a participação efetiva de diferentes atores sociais, mesmo frente às relações conflitivas. O Conselho Gestor tem sido um instrumento

importante na atenuação desses conflitos e na corroboração dessa governança democrática, na medida em que condensa distintos interesses e atores sociais.

As principais decisões tomadas são anteriormente colocadas em discussão nas reuniões trimestrais do Conselho Gestor, uma forma de mitigar conflitos e democratizar o poder. Apesar da natureza do Conselho ser de caráter consultivo, as deliberações têm sido participantes, com forte atuação dos representantes da sociedade civil.

A governança estabelecida apresenta-se como uma espécie de fusão entre as formas específicas de materialização do poder. Novos atores sociais emergem e ganham espaço na rede política em âmbito nacional, internacional e local. As escalas se entrecruzam, e conformam a governança ambiental, em suas múltiplas dimensões.

Os constructos da vida social, elencados e explicitados anteriormente, fundamentam a governança, porém ela constitui-se por outros elementos, que extrapolam a fronteira do local. As organizações sociais configuram a governança local, porém, a governança ambiental transcende o nível analítico referente ao lugar. A completude da análise deve considerar esse entrecruzamento de escalas e de temporalidades específicas.

Assim sendo, há uma fusão de temporalidades, criadas e criadoras da territorialidade, por meio da ação dos diferentes grupos sociais. Essa territorialidade expressa a governança ambiental, pois traduz territorialmente as práticas cotidianas de uso e ocupação do território. Por conseguinte, para compreender a governança ambiental na RDS Igapó Açu, a partir da análise dos dados coletados, foi necessário analisar vários fatores, indicados no caminho da pesquisa: os sistemas simbólicos, os sistemas sociopolíticos, o território, as territorialidades, temporalidades, as transcendências escalares (transescalar), as relações de poder, as formas de organização social, o governo, a governabilidade, dentre outros.

Por fim, pode-se afirmar que a governança ambiental na RDS Igapó Açu perpassa o âmago dos fatores supracitados. As organizações sociais exercem um papel fundamental na escala infra da governança, pois por meio das relações de poder materializam os sistemas sociopolíticos e as territorialidades. O Conselho Gestor, em escala macro, torna a governança democrática, na medida em que democratiza o processo decisório com a participação dos diferentes atores sociais.

## **6 ATORES SOCIAIS E A CONFIGURAÇÃO DAS REDES SOCIOPOLÍTICAS**

A área correspondente a RDS Igapó Açu contempla atores sociais de múltiplas naturezas: representantes da sociedade civil, de organizações governamentais e sociopolíticas, e representantes do ramo empresarial. Esses quatro grandes grupos compõem o Conselho Gestor da RDS Igapó Açu que, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), é um espaço público jurídico-institucional que objetiva o planejamento participativo na elaboração e execução das políticas públicas. Dessa forma, é o principal espaço político de manifestação da governança.

Os representantes da RDS Igapó Açu possuem quatro membros no Conselho Gestor, cada membro representando um setor da RDS. Os representantes do setor 01 e 02 representam a margem direita do rio Igapó Açu, e os representantes do setor 03 e 04 representam a margem esquerda.

Os representantes da RDS Igapó Açu contemplam a população residente na UC e na área de entorno. Outro grupo constituinte do Conselho Gestor são as organizações sociopolíticas, que representam a conjunção de interesses de um grupo social organizado, Diegues (2008) dissertando sobre o aumento da rede de poder das organizações sociopolíticas nas políticas ambientais estaduais e nacionais, colocou essas organizações como ponto central no entendimento da governança ambiental global.

Na RDS Igapó Açu não é diferente, a atuação dessas organizações tem se manifestado paulatinamente, com uma organização interna peculiar, reconfigurando a centralidade das redes políticas existentes. Cada organização sociopolítica defende seus interesses e insere novos elementos na miríade de gestão territorial, tendo influência marcante no gerenciamento da UC.

Identificou-se a atuação de 03 organizações sociopolíticas na área de estudo: o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Careiro Castanho (STTR), a Colônia de Pescadores Z-49, e a Associação Amigos da Floresta (ASSAAM). Segundo Pinto (2002) o sindicato é uma organização, composta por pessoas físicas e jurídicas, criada com o intuito de firmar interesses comuns à coletividade. Alves (2000) indica que os sindicatos estão em constante aumento por ser uma estratégia de reivindicação política que se opõe ao desenvolvimento desigual fundamentado no capital. Antes de detalhar a influência de cada organização sociopolítica na área de estudo, é necessária uma contextualização dessas categorias no Amazonas e no Brasil.

O STTR do Careiro Castanho é um sindicato que atua na RDS Igapó Açu na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Essa organização luta por melhorias relacionadas à infraestrutura para produção e escoamento dos produtos, além de incentivar as práticas agroecológicas na fruticultura, horticultura, dentre outros. Sendo membro do Conselho Gestor da UC, o STTR tem poder de decisão nas discussões relacionadas ao planejamento e execução das atividades.

A Colônia dos Pescadores Z-49 é outra organização sociopolítica que compõe o conselho da RDS Igapó Açu. É uma organização autônoma, prevista na Lei N° 11.699, de 13 de junho de 2008, que objetiva assegurar os direitos da categoria e fortalecer os interesses coletivos fora ou dentro de sua jurisdição. As Colônias de Pescadores possuem soberania quanto ao desenvolvimento de suas assembleias e executa, junto aos órgãos públicos, ações contra a degradação ambiental e a pesca predatória, sendo um importante instrumento que atua em paralelo com a gestão ambiental da UC.

As Colônias em UC tem se destacado pela desburocratização das normativas que regem o seguro defeso, além disso, têm fornecido acesso aos inúmeros benefícios advindos dos direitos dos pescadores e da pesca no Amazonas (LOPES et al, 2013). Dessa forma, pode-se compreender a relevância do exercício político da Colônia de Pescadores na RDS Igapó Açu, pelo caráter dos benefícios sociais e econômicos que fornecem intrinsecamente aos pescadores, contribuindo para o desenvolvimento local dos moradores da UC.

Além do STTR e da Colônia de Pescadores Z-49, a Associação Amigos da Floresta (ASSAAM) compõe a tríade das organizações sociopolíticas que atuam na RDS Igapó Açu. A ASSAAM é uma organização sem fins lucrativos, criada na UC para apoiar as atividades da Comunidade São Sebastião do Igapó Açu e adjacências. Atualmente, esta associação apoia o desenvolvimento do turismo na RDS, e tem função importante no planejamento das principais festas temáticas, com destaque para a Festa do Tucunaré e para o *Summer Fest* Igapó Açu.

Cada organização sociopolítica exerce suas funções dentro da unidade de forma diferenciada, pela natureza específica pela qual foram criadas. Entretanto, todas são importantes no desenvolvimento local dos moradores da RDS, não há graus de importância, mas exercícios de poder distintos, imprescindíveis no ordenamento territorial e nas formas de organização social.

O terceiro grupo político, partícipe do Conselho Gestor, que compõe a rede de articulação política da RDS Igapó Açu são as empresas. A inserção das empresas no Conselho Gestor da UC visa evitar possíveis conflitos que poderiam surgir com a efetivação das atividades empresariais e seus efeitos na conservação ambiental. Na área de estudo, 06 empresas possuem representantes no conselho e tem influência nas discussões referentes à gestão territorial.

A EMBRATEL é uma empresa de telecomunicações internacional, fundada em 1965, que fornece a infraestrutura necessária para o exercício da comunicação (telefone e internet) via fibra óptica. Na RDS essa empresa é responsável por fornecer a quantidade de fibras necessárias para a implantação dos serviços de internet na base do Centro Estadual de Unidades de Conservação. O processo de instalação do suporte necessário para o desenvolvimento da comunicação na área de estudo está ocorrendo paulatinamente. Há também, à serviço da EMBRATEL, um telefone público que auxilia no gerenciamento das informações externas e internas da UC.

A R. J. Telecomunicações e Importações é uma empresa de engenharia formada por profissionais de diversas áreas do conhecimento que atua no ramo de instalações da rede de telecomunicações, na manutenção telefônica, óptica, na infraestrutura civil, de cabeamento e de

telefonia celular, e também auxilia na execução de obras civis. A R. J. junto à EMBRATEL exerce uma função importante na rede de comunicações e de infraestrutura da RDS Igapó Açu.

A ESP Segurança Patrimonial trabalha com a infraestrutura de segurança e de instalação de equipamentos eletrônicos variados. Executa escolta de veículo com carga especial, e age em situações de acidentes, incêndios, dentre outras circunstâncias. Portanto, presta serviços de infraestrutura e logística na UC, de acordo com a necessidade da unidade. A KD Catique atua paralelamente, em funções consultivas no planejamento das atividades da RDS.

As empresas Norte Frente e TESCON Engenharia trabalham na repavimentação da BR-319, tendo papel fundamental na reconfiguração territorial que a RDS Igapó Açu vem experienciando. A presença dos representantes dessas duas empresas no Conselho Gestor é de suma relevância, pelos impactos negativos e positivos que poderão surgir com o asfaltamento da BR-319.

As 06 empresas descritas anteriormente compõem o terceiro grupo de atores sociais envolvidos e partícipes do Conselho Gestor. Essas unidades econômicas devem planejar suas atividades de acordo com as normas estipuladas no Plano de Gestão, e devem contribuir para o aprimoramento das possíveis lacunas existentes no Plano de Manejo. Entretanto, a participação dessas empresas é de caráter consultivo, assim, por meio da participação social, os conselhos têm minimizado consideravelmente os conflitos existentes de ordem empresarial e comunitária.

O quarto grupo constitutivo do Conselho Gestor refere-se às organizações governamentais, composto por representantes de 07 órgãos estatais, sendo eles o Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DMUC), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), as Prefeituras dos municípios Careiro Castanho e Borba, e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM).

O DMUC é um órgão constituinte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) que centraliza as questões políticas e econômicas que regem o funcionamento da RDS Igapó Açu. Anteriormente, o órgão que regia esses aspectos era o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), que tinha soberania para deliberar as peculiaridades necessárias para cada UC estadual. Verificou-se que, a troca de governadores e o descompromisso com a questão ambiental, promovido pela arena de instabilidade política no Estado, geraram consequências graves para o Amazonas.

O principal impacto identificado no que cerne à conservação ambiental foi a extinção do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), uma deliberação que está tendo impactos irreversíveis na gestão das áreas protegidas no Amazonas. Em aproximadamente duas semanas do ano de 2015, uma secretaria estadual se transformou em um departamento de uma secretaria municipal, uma decisão política que tem enfrentado entraves, na medida em que prejudicou e está prejudicando as ações na gestão territorial das UC.

A política de criação e gestão de áreas protegidas precisa de tempo para ser consolidada e socialmente aceita. A extinção do CEUC representa o sectarismo em relação às políticas ambientais estaduais e o descompromisso com os povos tradicionais, ao passo que destrói, literalmente, o planejamento e o anseio de anos de construção e revisão de uma política em andamento. Essa nova configuração política modificou consideravelmente a governança ambiental na RDS Igapó Açu e nas UC estaduais do Amazonas.

O DEMUC, órgão vigente responsável pela gestão das áreas protegidas, representa atualmente a centralização da rede de articulação política, pois congrega as outras organizações governamentais no processo de planejamento e execução das atividades da RDS Igapó Açu. O ICMBio exerce, paralelamente, outras funções, diferenciadas da do DEMUC, porém engendradas.

Diferentemente do DEMUC, o ICMBio é um órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Foi criado em 2007, por meio da Lei N° 11.516, e tem como objetivo executar programas e pesquisas relacionados à preservação e conservação da biodiversidade. O ICMBio também representa uma centralização na rede política da RDS Igapó Açu, pois possui autarquia para

promover, junto com as demais organizações governamentais, programas voltados ao turismo e ao ecoturismo nas áreas protegidas.

A FUNASA, órgão vinculado ao Ministério da Saúde, atua na promoção de ações voltadas ao saneamento básico e no controle e prevenção de doenças. Suas ações pautam-se na formulação e implantação de estratégias de combate epidemiológico. Na RDS Igapó Açu, a FUNASA executou, junto aos outros órgãos de saúde estadual e municipal, trabalhos de erradicação da malária. Atualmente esse vetor foi extinto da área de estudo, devido à intensificação dos trabalhos dos agentes de saúde. Desta forma, além da influência direta na resolução de problemas sociais, a FUNASA tem participado das ações voltadas à gestão da UC, de forma consultiva.

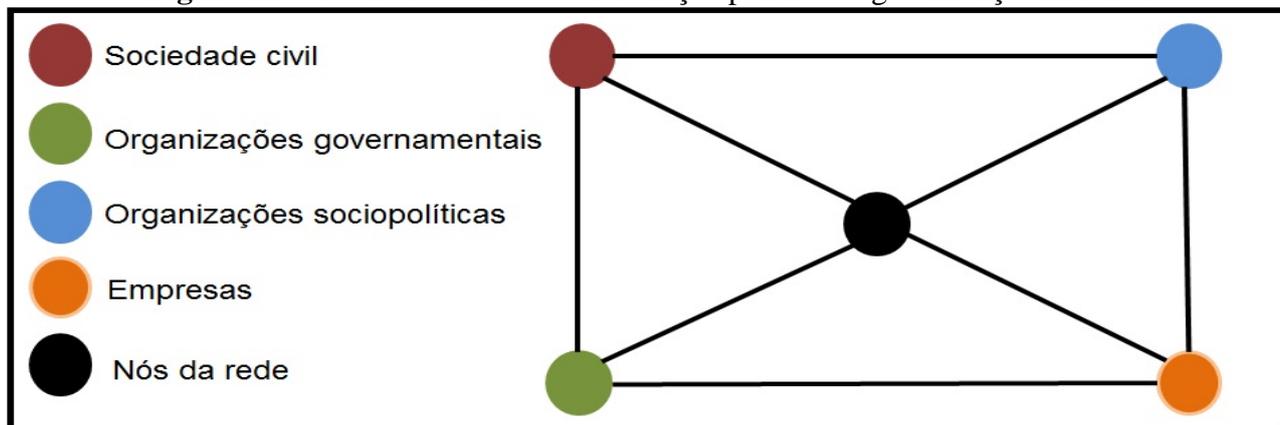
A UFAM, dentre os outros atores sociais que compõe as organizações governamentais, é a instituição que possui o leque mais abrangente de atuação, devido ao ecletismo de pesquisas realizadas nessa instituição. As atividades desenvolvidas pela universidade na RDS vão desde estudos científicos até trabalhos de auxílio à gestão.

No que se refere aos aspectos auxiliares necessários para o exercício da gestão, a Prefeitura do Careiro Castanho e de Borba amparam a UC no que diz respeito à saúde, educação e segurança das comunidades. Entretanto, o auxílio só se torna possível com a intervenção dos moradores, que solicitam à prefeitura as demandas que os moradores requerem. A atuação das prefeituras é imprescindível para o desenvolvimento local, visto a imprescindibilidade dos elementos supracitados e seu apoio à gestão da UC.

O IDAM, do município de Borba, possui atuação diferenciada na UC das organizações governamentais citadas anteriormente. É um órgão vinculado à Secretaria de Estado da Produção Rural (SEPROR) e filiado à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural. De maneira geral, o apoio do IDAM na RDS Igapó Açu é insuficiente, se considerarmos a demanda dos moradores pelos serviços de responsabilidade deste órgão, como o apoio ao associativismo, cooperativismo e à comercialização de produtos advindos da agricultura familiar. Porém, a presença no Conselho Gestor potencializa o desenvolvimento das atividades embargadas por ausência de suporte.

Os atores sociais, descritos nos quatro grupos que compõe a rede política da RDS Igapó Açu, no que concerne à constituição do Conselho Gestor, tem funções e objetivos específicos, de acordo com sua natureza jurídica. A rede política se materializa por meio da interação entre todos esses atores sociais envolvidos. A Figura 12 apresenta a tessitura da rede de articulação política da governança da RDS Igapó Açu.

**Figura 12** – Tessitura da rede de articulação política da governança ambiental



Fonte: Rezende, 2015.

Pode-se afirmar que os quatro grupos, interagindo politicamente, configuram a rede de articulação política da governança ambiental da RDS Igapó Açu, entretanto, a governança está para além dessas redes, apresentando e corroborando outros elementos, como a governabilidade e o

governo. A governança ambiental é constituída a partir do entendimento dessa tríade (rede política, governabilidade e governo) constituída pela interação entre os sistemas simbólicos e os sistemas sociopolíticos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos indicados pela pesquisa conduzem a análise da governança ambiental para novos traçados, anteriormente não previsíveis. A resignificação do conceito de governança ambiental foi o foco deste artigo. A governança estabelece-se a partir de inúmeros elementos: governabilidade, governo, relações de poder, territorialidades, temporalidades, sistemas simbólicos, sistemas sociopolíticos, formas de organização social, escalas, dentre outros.

A governabilidade apresenta-se como o conjunto de condições necessárias para o desenvolvimento do governo, elemento conformador da governança. As relações de poder apresentam-se como a característica básica que estabelece as formas de organização social. Os sistemas simbólicos, criados pelo imaginário social, formam os sistemas sociopolíticos, que são a expressão material da governança. As temporalidades distintas configuram as territorialidades, que são as práticas sociais objetivadas via subjetividade. Todos esses elementos, simétricos e dissimétricos, geram e corroboram, dialeticamente, a governança ambiental.

Essa governança ambiental transcende as fronteiras dos Estados Nacionais, e necessita de um tratamento transescalar dos fenômenos e epifenômenos sociais. Essa transcendência justifica-se pela significativa abrangência da governabilidade, que é conduzida por atores sociais de diversas partes do mundo. Além da escala internacional, explicada acima, destaca-se a importância e os impactos da escala nacional no contexto local, como a promulgação da Lei N° 6.938/91, que corroborou a Política Nacional do Meio Ambiente, e disseminou importantes políticas públicas para as UC do Brasil, e em especial para as da Amazônia Brasileira.

Doravante, a governança ambiental constitui-se via transescalar. Em microescala, integra os sistemas simbólicos e os sistemas sociopolíticos. Em macro escala, condensa os diferentes elementos formadores da governabilidade e das políticas públicas. As formas de organização social fundamentam-se a partir de elementos transescalares, por isso a governança ambiental é transescalar.

Portanto, a governança ambiental na RDS Igapó Açu é uma governança democrática, pois, a partir do Conselho Gestor, incrementa a participação de diferentes atores sociais, com diferentes pontos de vista e interesses. Ao invés de uma governança cosmopolita, o que se estabelece é uma forma democrática de governação dos processos de tomada de decisão.

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa. A todos os residentes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açu, que contribuíram no processo de artesanato intelectual.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do capitalismo. São Paulo: Editora Bomtempo, 2000.
- BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- ETZIONI, A. **Organizações modernas**. São Paulo: Editora Pioneira, 1967.

FRAXE, T. J. P. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

FOUCAULT, M. **L'herméneutique du sujet cours au Collège de France**. Paris: Gallimard, 2001.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Editora Estampa, 1977.

HAESBERT, R.; GONÇALVES, C. W. P. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

\_\_\_\_\_; LIMONAD, E. O território em tempos de Globalização. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

LOPES, I. dos S.; SANTOS, G. S. dos; SOUZA, D. M. de; PIEDADE, H. F. Políticas públicas e a busca pela garantia dos direitos dos pescadores artesanais: um estudo da Colônia dos Pescadores Z-17 em Parintins/AM. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. **Anais...** Maranhão, 2013.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca das sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PEREZ, L. F. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro. **A festa na vida**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PINTO, J. A. R. **Direito sindical e coletivo do trabalho**. São Paulo: 2002.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de território**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, C. N. O sistema de gestão do território em Portugal. **Revista de Ação Regional e Local**, FAQ, Lisboa, XIV (74), p. 21-35, 2000.

SILVA, A. L. da. Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p.141-163, 2011.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Lei 9.985/2000**. Disponível em: <[www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc](http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc)>.

SOBREIRO, T.; FREITAS, C. E. de C. Conflitos e territorialidade no uso de recursos pesqueiros do Médio rio Negro. In: IV Encontro Nacional da Anppas. **Anais...** Brasília, 2008.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, Iná Elias et al. **Geografia: conceitos e temas**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSITO, M. E. B. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

THIOLLENT, M. J. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1998.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

**Data de submissão:** 14.10.2016

**Data de aceite:** 13.03.2018

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.